

# Carta Aberta ao governador Eduardo Leite e à sociedade gaúcha

Os sindicatos signatários, que representam os trabalhadores e as trabalhadoras da administração indireta do Estado, vêm a público expressar sua inconformidade e indignação pela falta de respeito do governo do Estado com as propostas apresentadas pelas entidades sindicais para a negociação dos respectivos acordos coletivos de trabalho.

Para não discutir a reposição da inflação (INPC), devida desde a negociação do ano passado, e estabelecer um calendário para a recomposição salarial a partir de janeiro de 2022, o governo Leite evoca a crise econômica e a Lei Complementar (teto de gastos), cuja vigência encerra em dezembro de 2021.

Mesmo estando em meio a uma pandemia em que a maioria dos trabalhadores e das trabalhadoras está exercendo sua atividade de maneira presencial, o governo do Estado está exigindo a modificação dos planos de saúde, historicamente negociados pelas categorias, sem base legal nenhuma e em total falta de sensibilidade com o contexto atual. As mudanças trarão enormes prejuízos, em especial para quem está em tratamento médico, que poderá ser interrompido.

É punindo os trabalhadores e as trabalhadoras que estão, em sua maioria, na linha de frente no enfrentamento da pandemia, que o governador pretende que o Estado preste um serviço público de qualidade?

Os sindicatos reiteram seu compromisso com a manutenção das condições de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras, destacam que não aceitarão o adiamento para 2022 das tratativas sobre as reivindicações das categorias e programam um processo de mobilização com vistas ao efetivo início das negociações.

Os sindicatos signatários convidam a comunidade a acompanhar o desdobramento desse impasse, que afeta direta ou indiretamente a toda população gaúcha.

